

Pontes de Miranda

TRATADO DAS AÇÕES

Tomo II
Ações declarativas

Atualizado por
Nelson Nery Junior
Georges Abboud

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI O. ONO

Editores: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Ivié A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Assistente Administrativo Editorial: Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial

Coordenação

DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO

Analistas de Operações Editoriais: Aline Almeida da Silva, André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos, George Silva Melo, Maria Eduarda Silva Rocha, Maurício Zednik Cassim e Thiago César Gonçalves de Souza

Qualidade Editorial

Coordenação

LUCIANA VAZ CAMEIRA

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Cinthia Santos Galarza, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecino e Maria Angélica Leite

Analistas Editoriais: Carolina Costa, Mayara Crispim Freitas e Roney Costa

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Miranda, Pontes de

Tratados das ações: ações declarativas: tomo II / Pontes de Miranda.
– 1. ed. atual. por Nelson Nery Junior, Georges Abboud. – São Paulo:
Editora Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia.
ISBN 978-85-203-6653-0

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Nery Junior, Nelson. II.
Abboud, Georges. III. Título.

15-11559

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

PARTE I

AÇÕES DECLARATIVAS EM GERAL

CAPÍTULO I

CONCEITO E NATUREZA DA AÇÃO DECLARATIVA

§ 1. CONCEITO DE AÇÃO DECLARATIVA	35
1. Fixação conceptual e Ciência do Direito. 2. Finalidade das ações declarativas	
§ 2. DADOS HISTÓRICOS	44
1. Direito romano. 2. Idade Média. 3. Direito luso-brasileiro. 4. Direito brasileiro. 5. Direito alemão. 6. Outros Estados. 7. Inglaterra e Estados Unidos da América. 8. Direito das gentes	

CAPÍTULO II

AÇÃO DECLARATIVA, INTERESSE E EXTENSÃO

§ 3. INTERESSE NA DECLARAÇÃO	55
1. Interesse, objetivo e fim. 2. Interesse jurídico em declaração. 3. Pretensão declarativa. 4. Relação jurídica e declaração	
§ 4. DECLARAÇÃO POSITIVA E DECLARAÇÃO NEGATIVA	68
1. Existência e inexistência da relação jurídica. 2. Relação jurídica declarável. 3. Eficácia preponderante. 4. Interesse jurídico na declaração e pressupostos. 5. Interesse específico na declaração	
§ 5. DOCUMENTO E AÇÃO DECLARATIVA	84
1. Documento. 2. Autenticidade e falsidade do documento. 3. Subscrição ou indicação de pessoa imaginária; falsidade ou falsificação dos requisitos da letra de câmbio. 4. Atos e silêncio confirmativos. 5. Incontagiabilidade da falsidade ou da falsificação	
§ 6. EXAME DO INTERESSE JURÍDICO	95
1. Precisoões. 2. Fatos e provas	
§ 7. EFEITOS DA PROPOSITURA DAS AÇÕES DECLARATIVAS	98
1. Eficácia em direito material. 2. Eficácia em direito processual. 3. Litispêndênciã. 4. Eficácia de preceito. 5. Ônus da prova na ação declarativa	
§ 8. SENTENÇA EM AÇÃO DECLARATIVA	104

1. Eficácia preponderante da sentença. 2. Coisa julgada material e execução. 3. Propositura da ação condenatória após sentença de declaração. 4. Ação condenatória e ação executiva. 5. Condenação nas custas	
§ 9. ESPÉCIES DE AÇÃO DECLARATIVA EM GERAL	117
1. Ação declarativa positiva. 2. Ação declarativa negativa. 3. Existência de relação jurídica, ou não-existência, e existência ou não-existência do que se aponta como documento	
§ 10. EFICÁCIA DA AÇÃO DECLARATIVA	119
1. Eficácia preponderante. 2. Eficácia imediata e eficácia mediata	
§ 11. PRESCRIÇÃO E AÇÕES DECLARATIVAS	125
1. Distinções relevantes. 2. Casos de prescrição	

PARTE II

AÇÃO DECLARATIVA TÍPICA

CAPÍTULO I

CONCEITO E EXTENSÃO DA AÇÃO DECLARATIVA TÍPICA

§ 12. TENTATIVAS DE CONCEITUAÇÃO	131
1. Precisos. 2. Interêsse jurídico em que se declare	
§ 13. DECLARAÇÃO POSITIVA E DECLARAÇÃO NEGATIVA DE AÇÃO	135
1. Ações e existência. 2. Perigo de lide. 3. Pesos e declaração. 4. Tipicidade e incidentalidade	
§ 14. DOCUMENTO AUTÊNTICO OU FALSO	139
1. Documento, autenticidade e falsidade. 2. Conceito de autenticidade. 3. Conceito de falsidade. 4. Falsidade e vícios do conteúdo. 5. Cheque e subscrição	

CAPÍTULO II

AÇÕES DECLARATIVAS TÍPICAS E EXEMPLIFICAÇÕES FREQUENTES

§ 15. AÇÕES CONCERNENTES AO DIREITO AUTURAL DE PERSONALIDADE	147
1. Direito de personalidade. 2. Ações proponíveis	
§ 16. AÇÕES CONCERNENTES AO DIREITO AUTURAL DE NOMINAÇÃO	148
1. Espécies em que há direito autoral de nomeação. 2. Espécies em que não há direito autoral de nomeação	
§ 17. AÇÃO DECLARATIVA DE NOME	149
1. Tutela do nome e ação declarativa. 2. Pessoas jurídicas e tutela do nome. 3. Ação declarativa oriunda do direito ao pseudônimo	
§ 18. AÇÃO DECLARATIVA DE CURADOR ESPECIAL	152
1. Instituição de curador especial. 2. Incapacidade superveniente	
§ 19. AÇÃO DECLARATIVA DE VÍNCULO CONJUGAL E DE SOCIEDADE CONJUGAL	153

1. Celebração de casamento. 2. Ação declarativa de dissolução do casamento. 3. Sociedade conjugal	
§ 20. AÇÃO DECLARATIVA DE DIREITO PESSOAL E DE DÍVIDA PESSOAL	157
1. Ação declarativa de crédito ou outro direito pessoal. 2. Ação declarativa de dívida. 3. Ações no tocante à prestação futura. 4. Ação declarativa de resolução e ação constitutiva negativa	
§ 21. AÇÃO DECLARATIVA DO COMPRADOR E DO VENDEDOR	158
1. Preliminares. 2. Ação declarativa	
§ 22. AÇÃO DECLARATIVA DO MUTUANTE E DO MUTUÁRIO	159
1. Ação declarativa do mutuante. 2. Ação declarativa do mutuário	
§ 23. DIREITOS REAIS E AÇÕES DECLARATIVAS	160
1. Direitos reais e ação declarativa. 2. Interêsse na ação. 3. Cumulabilidade. 4. Condomínio e comunhão “pro diviso”. 5. Declaração negativa de direitos reais ou de limitações ao conteúdo do direito de propriedade. 6. Ação declarativa e pretensões dominiais mobiliárias. 7. Tempo e declaração. 8. Ação declarativa e direitos incorporados a títulos e direitos documentados. 9. Direito dominial, direitos reais e constrições	
§ 24. AÇÕES DECLARATIVAS ORIUNDAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	164
1. Ação declarativa e patente. 2. Ação declarativa e registo. 3. Indicação de proveniência e ação declarativa. 4. Ação declarativa negativa e ação negatória. 5. Ação declarativa e determinação da abrangência da indicação de procedência. 6. Patente de modelo de utilidade. 7. Ação declarativa após expiração do prazo da patente de invenção. 8. Concorrência desleal e ação declarativa típica	
§ 25. AÇÕES DE TUTELA DE DIREITOS REAIS LIMITADOS	171
1. “Actio confessoria” e ações possessórias no direito anterior. 2. Direito vigente	
§ 26. AÇÃO DECLARATIVA TÍPICA E DIREITOS REAIS LIMITADOS	176
1. Servidões ou outros direitos reais e declaração. 2. Eficácia. 3. Ônus da prova. 4. Pretensão à declaração da enfiteuse. 5. Pretensão à declaração da existência e extensão do uso, do usufruto ou do direito de habitação. 6. Ação declarativa e direito real sôbre renda de imóvel. 7. Existência do direito de hipoteca ou do penhor. 8. Declaração concernente a enfiteuse. 9. Ação declarativa e direito de retenção	
§ 27. FIGURANTES E OBJETOS DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	182
1. Partes na ação declarativa. 2. Pluralidade subjetiva. 3. Ação declarativa típica e sua extensão. 4. Declaratividade e eficácia	
§ 28. RECONVENÇÃO E AÇÃO DECLARATIVA	187
1. Contestação e reconvenção. 2. Pressupostos da reconvenção. 3. Ação declarativa em reconvenção	
§ 29. DURAÇÃO E AÇÃO DECLARATIVA	189
1. Imprescritibilidade. 2. Tempo e declaração. 3. Sentença em ação declarativa	

PARTE III

AÇÕES DECLARATIVAS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

CONCEITO E NATUREZA DAS AÇÕES DECLARATIVAS ESPECIAIS

§ 30. DECLARATIVIDADE PREPONDERANTE	197
1. Conceito. 2. Natureza das ações declarativas especiais. 3. Comparação com a ação declarativa típica	
§ 31. EFICÁCIA DECLARATIVA	200
1. Distribuição eficaz. 2. Análise das ações declarativas especiais	

CAPÍTULO II

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 32. NATUREZA DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	201
1. Dados preliminares. 2. Execução pelo devedor	
§ 33. ANÁLISE DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	203
1. Oblação e depósito. 2. Regras jurídicas que incidem. 3. Legitimação ativa. 4. Fundamento da ação. 5. Tempo para o pedido de consignação em pagamento. 6. Citação do credor. 7. Contraprestação e depósito com cláusula. 8. Escolha que cabe ao credor. 9. Princípio de economia	
§ 34. PROCESSO DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	212
1. Citação. 2. Disputa da prestação. 3. Lugar do depósito e lugar da execução. 4. Suficiência satisfativa do depósito. 5. Contestação pelo réu. 6. Litispendência	
§ 35. EFICÁCIA SENTENCIAL	218
1. Eficácia da sentença favorável. 2. Comparecimento do credor para receber. 3. Não-comparência. 4. Cognição completante. 5. Comparência sem contestação	
§ 36. ATOS PROCESSUAIS E PRAZOS	225
1. Curador à lide. 2. Contagem do prazo para a contestação. 3. Curso ordinário. 4. Termo de entrega. 5. Levantamento pelo devedor, até quando pode ser feito. 6. Despesas com o depósito. 7. Credor desconhecido ou dúvida quanto ao credor. 8. Dia para o recebimento, dependendo de legitimação. 9. Citação e interesse do não-citado. 10. Falta de acordo. 11. Entrega da prestação. 12. Não-comparência. 13. Comparência. 14. Arrecadação	

CAPÍTULO III

AÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS

§ 37. LIMITES ENTRE PRÉDIOS	239
1. Limitações ao conteúdo do direito de propriedade e abuso do direito. 2. Direito romano. 3. Objeto da demarcação e da deslindação	
§ 38. EFICÁCIA DA PRETENSÃO E DA SENTENÇA	249

1. Natureza da pretensão e da sentença. 2. Pretensão à demarcação. 3. Limites ainda não fixados	
§ 39. AÇÕES PROPONÍVEIS	256
1. Propriedade e posse. 2. Reivindicação e demarcação. 3. Demarcação e usucapião	
§ 40. NATUREZA DA AÇÃO DE DEMARCAÇÃO	261
1. Ação real. 2. Legitimação ativa. 3. Prescrição da ação. 4. Prova a ser feita	
§ 41. SENTENÇA NA AÇÃO DE DEMARCAÇÃO	267
1. Fôrça da sentença. 2. Reivindicação e demarcação	

CAPÍTULO IV

AÇÃO DE USUCAPIÃO

§ 42. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL OU MÓVEL POR USUCAPIÃO	273
1. Não se adquire “de alguém” pela usucapião. 2. Espécies de usucapião. 3. Requisitos da usucapião. 4. Se há regra jurídica de presunção de boa-fé, se há justo título, incide em matéria de usucapião	
§ 43. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO PRAZO DE USUCAPIÃO	282
1. Remissão às regras jurídicas sobre prescrição. 2. Suspensão. 3. Condição suspensiva, prazo não expirado e pendência de ação de evicção. 4. Interrupção	
§ 44. “SUCCESSIO IN USUCAPIONEM”	288
1. Morte e usucapião. 2. Sucessão universal entre vivos. 3. “Successio in usucapionem”, no direito brasileiro	
§ 45. “ACCESSIO POSSESSIONIS”	292
1. Posse e acessão pretória. 2. “Accessio possessionis”, fora da proteção da posse. 3. “Accessio possessionis” na usucapião, segundo o direito brasileiro	
§ 46. PRESSUPOSTOS DA USUCAPIÃO POR TEMPO LONGO	297
1. Conteúdo da regra jurídica sobre usucapião por tempo longo. 2. Usucapião e prescrição	
§ 47. PRESSUPOSTOS DA USUCAPIÃO POR TEMPO BREVE	299
1. “Tempus”, “bona fides”, “titulus iustus”. 2. “Res habilis”. 3. Boa-fé. 4. Justo título	
§ 48. AÇÃO DE USUCAPIÃO	307
1. Ação de usucapião. 2. Processo. 3. Eficácia da sentença. 4. Efeito mandamental. 5. Posse própria imediata	
§ 49. REMÉDIO JURÍDICO PROCESSUAL DA USUCAPIÃO	318
1. Legitimação ativa. 2. Legitimação passiva. 3. Justificação prévia. 4. Ineficácia e nulidade. 5. Citação de todos	

CAPÍTULO V

AÇÃO “EMBTIDA” DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS

§ 50. IMPOSTOS, TAXAS E PROCESSOS	329
1. Princípio geral. 2. Partilha. 3. Pagamento dos impostos e taxas	

§ 51. NATUREZA DA AÇÃO “EMBUTIDA” DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS	332
1. Embutimento de ações. 2. Ação de impostos e taxas	

CAPÍTULO VI

AÇÃO DECLARATIVA DE HERANÇA VACANTE E AÇÃO DECLARATIVA DE BENS VAGOS

§ 52. AÇÕES DECLARATIVAS CONCERNENTES A BENS DA HERANÇA VACANTE E BENS VAGOS DE AUSENTE	335
1. Preliminares. 2. Fôrça declarativa	
§ 53. AÇÃO DOS CREDORES DA HERANÇA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO SÔBRE A VACÂNCIA	336
1. Julgamento da vacância. 2. Ação dos credores. 3. Natureza da ação dos credores	

CAPÍTULO VII

AÇÃO DECLARATIVA EM CASO DE SIMULAÇÃO

§ 54. SIMULAÇÃO ABSOLUTA INOCENTE	343
1. Inocência e nocência da simulação. 2. Função integrativa do juiz. 3. Inexistência do ato jurídico simulado, figurantes e terceiro legitimados à ação declarativa. 4. Ato aparente na simulação absoluta	
§ 55. SIMULAÇÃO RELATIVA INOCENTE	347
1. Simulação relativa e inocência. 2. Legitimação de terceiros. 3. Falta de pressuposto	
§ 56. AÇÃO DECLARATIVA DE APARÊNCIA POR SIMULAÇÃO ABSOLUTA INOCENTE	349
1. Simulação absoluta inocente. 2. A ação de anulação por simulação e a ação declarativa negativa. 3. Prova e irrenunciabilidade da ação	
§ 57. AÇÃO DECLARATIVA EM CASO DE SIMULAÇÃO INOCENTE RELATIVA ...	352
1. Validade do ato jurídico dissimulado. 2. Invalidade do ato dissimulado	

CAPÍTULO VIII

AÇÃO DECLARATIVA E INCAPACIDADE CIVIL

§ 58. AÇÕES DE DECLARAÇÃO DA CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE CIVIL	355
1. Causas de cessação da incapacidade civil. 2. Casamento e cessação da incapacidade civil. 3. Natureza da sentença. 4. Putatividade do casamento. 5. Casamento precipitado. 6. Emprêgo público efetivo e cessação da incapacidade civil. 7. Grau científico em curso de ensino superior e cessação de incapacidade. 8. Eficácia “ipso iure”	
§ 59. ESTABELECIMENTO CIVIL OU COMERCIAL, COM ECONOMIA PRÓPRIA, E CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE	360
1. Origens da regra jurídica. 2. “Usos modernos”	

CAPÍTULO IX

AÇÃO DECLARATIVA DA EXTINÇÃO “IPSO IURE” DE FUNDAÇÃO OU DE SOCIEDADE

§ 60. EXTINÇÃO “IPSO IURE” DE FUNDAÇÃO	363
--	-----

1. Distinções. 2. Pressupostos para a ação declarativa da extinção da fundação	
§ 61. AÇÕES DECLARATIVAS DE EXTINÇÃO DE SOCIEDADES	364
1. Precisos. 2. Dissolução e liquidação	

CAPÍTULO X

AÇÕES DECLARATIVAS DE FILIAÇÃO

§ 62. FILIAÇÃO LEGÍTIMA E ILEGÍTIMA	369
1. Impugnação indireta da legitimidade da filiação. 2. Ação declarativa da ilegitimidade. 3. Família, parentesco e ação declarativa	
§ 63. FILIAÇÃO E DECLARAÇÃO	372
1. Ação de declaração de ilegitimidade da filiação. 2. Ação de declaração da legitimidade da filiação	

CAPÍTULO XI

AÇÃO DECLARATIVA, CONSTRUÇÃO E PASSAGEM FORÇADA

§ 64. DIREITO DE CONSTRUIR E AÇÃO DECLARATIVA	375
1. Construção e demolição. 2. Direito de entrada para obras e ações declarativas	
§ 65. PASSAGEM EM TERRAS E EDIFÍCIOS	376
1. Passagem forçada e fixação judicial do rumo. 2. Ações proponíveis	
§ 66. "EXCEPTIO REI INTER ALIOS IUDICATAE"	378
1. Coisa julgada e negação de eficácia. 2. Terceiro e defesa contra eficácia de julgado. 3. Eficácia sentencial	

CAPÍTULO XII

AÇÃO DE ABERTURA DA SUCESSÃO DEFINITIVA

§ 67. RELAÇÃO JURÍDICA EXISTENTE	383
1. Sucessão provisória. 2. Cessação da sucessão provisória	
§ 68. SUCESSÃO DEFINITIVA	384
1. Conceito. 2. Conseqüências da decisão favorável	
§ 69. AÇÃO VOCATÓRIA E CONVITE AO AUSENTE PARA ENTRAR NA POSSE DOS BENS ARRECADADOS	387
1. "Vocatio in ius". 2. Eficácia da ação e da decisão	

CAPÍTULO XIII

AÇÕES DECLARATIVAS INCIDENTAIS

§ 70. HABILITAÇÃO PARA CASAMENTO POSTERIOR AO ATO	389
1. Celebração em caso de risco de vida. 2. Habilitação posterior ou protraída	
§ 71. INCIDENTALIDADE DA AÇÃO DE FALSIDADE E EFICÁCIA PREPONDERANTE	391
1. Declaração incidental de falsidade. 2. Repercussão jurídica do falso. 3. Instrumentos públicos. 4. Ação independente de falsidade. 5. Legitimação processual ativa e procedimento da ação incidental de falsidade	
§ 72. PRESSUPOSTOS DA AÇÃO	397

1. Eficácia suspensiva da propositura. 2. De que documento se pode tratar. 3. Petição inicial	
§ 73. PROCESSO DA AÇÃO INCIDENTAL DE FALSIDADE	401
1. Forma e rito do processo. 2. Provas admissíveis. 3. Exame de livros e originais arquivados. 4. Natureza da ação incidental de falsidade. 5. Falta do documento original. 6. Competência judicial. 7. Incidente ocorrido na instância superior. 8. Eficácia suspensiva, a qualquer tempo. 9. Falsidade de provas não-documentais	
§ 74. AÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS CONTRA PESSOA FALECIDA	407
1. Pessoa falecida e dívidas. 2. Natureza da ação	
§ 75. OUTRAS AÇÕES DECLARATIVAS INCIDENTAIS	408
1. Exemplificação. 2. Pré-exclusões. 3. Pressupostos das ações declarativas incidentais	

CAPÍTULO XIV

AÇÃO DE HABILITAÇÃO INCIDENTAL

§ 76. HABILITAÇÕES E SUAS ESPÉCIES	411
1. Conceito e processo de habilitação incidental. 2. Ações de herança e habilitação incidental. 3. Habilitação autoral e habilitação defensiva. 4. Habilitação ativa e habilitação passiva. 5. Legitimação processual ativa. 6. Dispensa da sentença em habilitação incidental do cônjuge. 7. Dispensa da sentença, se há coisa julgada material de alguma sentença. 8. Dispensa da sentença em caso de confissão. 9. Réu revel e herdeiro que ainda não aceitou a herança. 10. Dissolução e liquidação das sociedades. 11. Petição e citação. 12. Coisa julgada material e decisão em matéria de habilitação. 13. Habilitação incidental e coisa julgada em outra causa. 14. Cessionário. 15. Sub-rogado. 16. Interêsse no prosseguimento e interêsse na inserção na relação jurídica processual. 17. Alusão pelo juiz. 18. Habilitação em instância superior. 19. Falecimento da parte antes da remessa do recurso. 20. Preparo e julgamento. 21. Natureza da ação de habilitação. 22. Suspensão do procedimento e não-suspensão	
§ 77. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CRÉDITO NO PROCESSO DE CONCORDATA	424
1. Créditos e processo de concordata. 2. Eficácia sentencial	
§ 78. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DA CONCORDATA	426
1. Natureza da ação. 2. Eficácia da sentença	

CAPÍTULO XV

DECLARATIVIDADE IMEDIATA E DECLARATIVIDADE MEDIATA

§ 79. RELEVÂNCIA DA EFICÁCIA DECLARATIVA IMEDIATA	429
1. Coisa julgada material. 2. Ações constitutivas, condenatórias, mandamentais e executivas e pêsos de declaração	
§ 80. RELEVÂNCIA DA EFICÁCIA DECLARATIVA MEDIATA	430
1. Coisa julgada material. 2. Pêso de declaratividade mediata	